Moradores do Park Way vão participar de debate na Câmara

A sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal será transformada, hoje, em Comissão Geral, para discutir o projeto do governo que permite a venda das áreas verdes do Setor de Mansões Park Way (SMPW). Para participar da Comissão Geral, foram convidados, além dos deputados distritais e integrantes da Associação dos Moradores do SMPW, representantes do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF (IPDF), Instituto de Ecologia e Meio-Ambiente (Iema), Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb), das Secretarias de Habitação e

Desenvolvimento Urbano e de Meio-Ambiente, Ciência e Tecnologia, além de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB).

Durante a Comissão, representantes do governo tentarão provar que o loteamento de áreas verdes do SMPW não causará o impacto ambiental que os moradores do local e ambientalistas alardeiam. Em contrapartida, o grupo que briga para que a área permaneça desabitada levará para a discussão suas justificativas e estudos feitos no local.

O GDF, autor do projeto, é categórico. Não será preciso retirar o projeto da Câmara

Legislativa. Ele já estava fora de pauta desde o ano passado e só voltará a ser discutido quando os estudos sobre o impacto ambiental - que estão sendo encomendados pelo Iema - estiverem prontos e o consenso com a comunidade for alcançado. De acordo com o deputado Jorge Cauhy (PMDB), o GDF optou por lotear o local porque estava sendo alvo de invasões que poderiam, sim, vir a prejudicar o meio-ambiente. "Estavam invadindo o local até com ordem judicial nas mãos", contou Cauhy. Segundo o deputado, o projeto parcelaria apenas 1,6% das áreas verdes do

SMPW, o que não causaria impacto ambiental em proporções que estão alardeando.

Já para o deputado Renato Rainha (PL), o projeto, da forma como foi apresentado na Câmara, era um "cheque em branco", que não definia quantos lotes seriam criados, onde estariam localizados e nem de que forma isso seria feito. O projeto seria votado no final do ano passado, em sessão extraordinária, ou seja, sem uma avaliação mais detalhada por parte das comissões ou dos próprios deputados.

PATRICIA MOTTA

Reporte de JORNAL DE BRASÍLIA